Avanços, Desafios Persistentes e Novas Ameaças para o Mundo do Trabalho na América Latina e o Caribe

Avances, desafíos persistentes y nuevas amenazas para el mundo del trabajo en América Latina y el Caribe

Advances, Persistent Challenges, and New Threats to the World of Work in Latin America and the Caribbean

Frederico Peres e Sebastián Tobar

Resumo: Relatório recentemente publicado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sobre as condições de trabalho e emprego na América Latina e no Caribe revela que os mercados de trabalho da região melhoraram nas últimas três décadas, mas que estas melhorias foram insuficientes, inconsistentes e, cada vez mais, apresentam tendência de estagnação, limitando seu alcance para a promoção do trabalho decente na região. Os dados apresentados e discutidos no documento são particularmente relevantes para justificar a necessidade urgente de se buscar condições para a garantia do trabalho decente, sobretudo considerando que as principais fragilidades identificadas — informalidade, falta de proteção social, baixos rendimentos, fraco poder de negociação, comprometimento da segurança e da saúde nos ambientes de trabalho, inadequação de competências às demandas do mercado de trabalho, a discriminação e as iniquidades ainda persistentes no mundo do trabalho, dificultando a atuação das instituições laborais, entre outros aspectos — são, precisamente, as dimensões que determinam a qualidade do trabalho/trabalho decente. Conclui o relatório que mudanças na produtividade sem uma distribuição adequada podem não melhorar a vida dos trabalhadores. Da mesma forma, a proteção social sem transformação produtiva pode ser fiscal e institucionalmente insustentável. E, ainda, que a regulamentação trabalhista sem fiscalização efetiva e participativa pode proteger apenas aqueles que já estão no sistema formal. A meta deve ser, portanto, uma reforma abrangente do mercado de trabalho, na qual o desenvolvimento da produtividade, a formalização, a proteção social, a igualdade, a garantia de voz aos trabalhadores, o alinhamento das competências às demandas do mercado de trabalho e a adaptabilidade tecnológica se fortaleçam mutuamente.

Palavras-chave: Trabalho Decente; América Latina e o Caribe; Mercados de Trabalho; Iniquidades no Mundo do Trabalho; Proteção Social.

Resumen: *Un informe publicado recientemente por el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) sobre las condiciones de trabajo y empleo en América Latina y el Caribe revela que los mercados laborales de la región han mejorado en las últimas tres décadas, pero que estas mejoras han sido insuficientes, inconsistentes y muestran una creciente tendencia al estancamiento, lo que limita su alcance para promover el trabajo decente en la región. Los datos presentados y analizados en el documento son particularmente relevantes para justificar la urgente necesidad de buscar condiciones que garanticen el trabajo decente, especialmente considerando que las principales debilidades identificadas —informalidad, falta de protección social, bajos ingresos, escaso poder de negociación, seguridad y salud comprometidas en el lugar de trabajo, insuficiencia de habilidades para las demandas del mercado laboral, discriminación e inequidades que aún*

persisten en el mundo del trabajo, obstaculizando el desempeño de las instituciones laborales, entre otros aspectos — son precisamente las dimensiones que determinan la calidad del trabajo/trabajo decente. El informe concluye que los cambios en la productividad sin una distribución adecuada pueden no mejorar la vida de los trabajadores. De igual manera, la protección social sin una transformación productiva puede ser fiscal e institucionalmente insostenible. Además, las regulaciones laborales sin una supervisión efectiva y participativa pueden proteger únicamente a quienes ya forman parte del sistema formal. Por lo tanto, el objetivo debe ser una reforma integral del mercado laboral en la que el desarrollo de la productividad, la formalización, la protección social, la igualdad, la garantía de la participación de los trabajadores, la alineación de las habilidades con las demandas del mercado laboral y la adaptabilidad tecnológica se refuercen mutuamente.

Palabras clave: *Trabajo decente; América Latina y el Caribe; Mercados laborales; Desigualdades en el mundo del trabajo; Protección social.*

Abstract: *A newly released report from the Inter-American Development Bank (IDB) indicates that labor conditions in Latin America and the Caribbean have enhanced over the past thirty years; nonetheless, these advancements have been inadequate and erratic, increasingly exhibiting signs of stagnation, which hampers their ability to foster decent employment in the area. The information articulated in the document is especially pertinent for substantiating the immediate necessity to establish conditions that ensure dignified employment—particularly in light of the critical vulnerabilities identified (informality, absence of social protection, inadequate wages, diminished bargaining power, jeopardized workplace health and safety, misalignment of skills with labor market requirements, and ongoing discrimination and disparities in the employment sector that obstruct labor institutions, among other factors) which are precisely the elements that influence the quality of work and the achievement of decent work. The analysis determines that increases in production lacking proper distribution may not enhance the quality of life for workers. In a similar vein, social security devoid of creative change could become financially and institutionally untenable. Moreover, labor laws lacking robust, participatory enforcement may safeguard only individuals already integrated into the legal framework. The objective, consequently, should be an all-encompassing reform of the labor market where productivity enhancement, formalization, social security, equity, employee representation, skill alignment with market needs, and technological flexibility mutually support each other.*

Keywords: *Decent Work; Latin America and the Caribbean; Employment Markets; Disparities in the Workforce; Social Safeguards.*

Introdução

Os mercados de trabalho são componentes essenciais para o desenvolvimento da América Latina e do Caribe (ALC), região do planeta marcada por grandes e recentes transformações em suas dinâmicas produtivas e, ao mesmo tempo, impactada pelos efeitos sistêmicos de uma histórica desigualdade, herança de projetos de colonização geradores de concentração de terras e renda nas mãos de muito poucos, com imensa parcela da população empurrada às margens do desenvolvimento social. Assumem, na região, condição de espaços estratégicos por meio dos quais as pessoas adquirem renda, aprendem habilidades, assumem riscos sociais, constroem identidades e participam da cidadania — condição que configura o trabalho como um dos mais importantes determinantes sociais da saúde.

As condições e as características dos mercados de trabalho nos diferentes países da região oferecem, portanto, indicadores importantes a respeito do crescimento econômico e social de cada país, assim como evidenciam as transformações nos padrões de vida, a inclusão social e o desenvolvimento humano, como aponta o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no relatório "Fazendo os Mercados de Trabalho Funcionarem: Melhorando a Produtividade e o Bem-Estar dos Trabalhadores na América Latina e no Caribe".

Assim concebidos, os mercados de trabalho se situam na confluência da produtividade, do bem-estar, da equidade e da coesão social. Segundo dados do BID, apresentados no relatório, a renda advinda do trabalho representa mais de 84% da renda familiar na região e o emprego ainda é uma das vias mais importantes para sair da pobreza.

O diagnóstico apresentado pelo BID no documento revela, porém, que os mercados de trabalho da América Latina e do Caribe melhoraram nas últimas três décadas, mas que estas melhorias foram insuficientes, inconsistentes e, cada vez mais, apresentam tendência de estagnação, limitando seu alcance para a promoção do trabalho decente na região. A participação das mulheres na força de trabalho e seu nível de escolaridade aumentaram, há menos carência de vagas nos mercados de trabalho, o emprego formal cresceu em vários países e a renda real do trabalho aumentou. A proporção de trabalhadores que contribuem para a seguridade social subiu de 38% para apenas 46% entre 2004 e 2024.

No entanto, o desempenho do mercado de trabalho da região não convergiu para o padrão dos países desenvolvidos. Entre 1995 e 2024, a renda real do trabalho por trabalhador cresceu apenas 18%, contra mais de 31% nos países da OCDE. E os elevados níveis de informalidade no mundo do trabalho — alcançando mais da metade da força de trabalho na América Latina e o Caribe — ainda são um dos principais elementos que comprometem a qualidade do trabalho e do emprego na região.

Neste contexto, o principal objetivo do setor Trabalho deixa de ser apenas a geração de novos empregos (vagas adicionais no mercado de trabalho regional). Torna-se imperativo mudar a estrutura e a qualidade do emprego para que o trabalho se torne um veículo mais poderoso para a sustentabilidade dos padrões de produção e consumo, a proteção social de trabalhadoras e trabalhadores e a promoção da igualdade e da dignidade humana.

O diagnóstico do BID é particularmente relevante para justificar a necessidade urgente de se buscar condições para a garantia do trabalho decente, sobretudo considerando que as principais fragilidades identificadas — informalidade, falta de proteção social, baixos rendimentos, fraco poder de negociação, comprometimento da segurança e da saúde nos ambientes de trabalho, inadequação de competências às demandas do mercado de trabalho, a discriminação e as iniquidades ainda persistentes no mundo do trabalho, dificultando a atuação das instituições laborais, entre outros aspectos — são precisamente as dimensões que determinam a qualidade do trabalho/trabalho decente.

As evidências reunidas no relatório do BID sugerem que a produtividade e o bem-estar do trabalhador podem reforçar-se mutuamente, em uma associação sinérgica positiva, sobretudo quando a regulamentação trabalhista, a proteção social, as políticas de qualificação profissional, a garantia de condições justas para a concorrência no mercado de trabalho e os serviços e instituições para a promoção do emprego forem concebidos como um sistema abrangente, promotor de condições para o trabalho decente.

Mensagens-chave do Relatório do BID

O relatório do BID destaca algumas mensagens-chave sobre o aparente paradoxo do mundo do trabalho latino-americano e caribenho, onde a maior oferta de trabalho e os níveis historicamente baixos de desemprego não se traduzem em melhores condições de trabalho/trabalho decente. dentre estas mensagens, destacam-se:

Houve progressos, mas foram demasiado lentos e praticamente estagnaram

A primeira lição abordada no documento é o progresso modesto, sem transformação estrutural. O BID registra progressos consideráveis em termos da qualificação e participação da força de trabalho na América Latina e o Caribe nas últimas três décadas. trabalhadoras e trabalhadores estão mais bem educados do que nunca, e a taxa de participação feminina na força de trabalho está em seu nível mais alto da história. O mercado de trabalho registra aumento da formalidade em muitos países, assim como os salários reais estão mais altos. Em países como Brasil, Colômbia, Costa Rica e Uruguai, a formalização no mundo do trabalho alcançou níveis altos históricos.

Mas esses fatores não foram capazes de garantir a transformação estrutural necessária para reduzir a diferença de produtividade e bem-estar no trabalho, na região, em relação aos níveis identificados no conjunto dos países desenvolvidos. O BID considera que uma possível explicação para o problema reside, justamente, na desaceleração dos ganhos e avanços em indicadores-chave dos setores Trabalho e Emprego desde meados da década de 2010. O crescimento da produtividade tem sido lento e a estrutura do emprego mudou muito pouco. A consequência é um mercado de trabalho em que uma alta proporção de trabalhadores está engajada em atividades de baixa produtividade, com histórica persistência de um elevado nível de informalidade, deixando mais da metade da mão de obra da região fora de sistemas de proteção social.

Aqui reside um aspecto importante, devidamente evidenciado no documento do BID. Um mercado de trabalho pode apresentar taxas de desemprego relativamente baixas (ou historicamente baixas) e, ainda assim, oferecer empregos de baixa qualidade, com predomínio da informalidade. Portanto, pensar no trabalho decente restringindo a análise às taxas de emprego (ou desemprego) gera um panorama inadequado do desempenho do mercado de trabalho e, consequentemente, da qualidade do trabalho na região. Isto porque estas análises precisam contemplar, também, medidas e indicadores em termos de salários, estabilidade, cobertura da previdência social, condições de trabalho, desenvolvimento de habilidades, participação e representação, igualdade e resiliência a crises políticas, econômicas e sociais.

O problema é estrutural: baixa produtividade, informalidade e segmentação do mercado de trabalho seguem dando a tônica do trabalho na região

Outra característica importante, devidamente destacada no documento, é a preservação de uma organização produtiva altamente fragmentada na América Latina e o Caribe. Cerca de 46% dos trabalhadores da região eram autônomos ou trabalhavam em microempresas (com um a cinco funcionários) em 2024. Essa porcentagem sobe para cerca de 50% quando incluídos os trabalhadores não remunerados em pequenas empresas familiares. Apenas 16% dos trabalhadores estavam empregados, neste ano de 2024, em empresas de médio porte e 21% em grandes empresas.

Revelar essa estrutura é importante para compreender que o emprego, na região, está altamente concentrado em atividades de baixa produtividade. A questão não é que as pequenas empresas ou o trabalho por conta própria sejam intrinsecamente ruins. Em vez disso, as evidências sugerem que grande parte do trabalho por conta própria é uma resposta à restrição de oportunidades de emprego assalariado, e não uma escolha empreendedora — desmontando, pela raíz, a falácia do empreendedorismo que vêm crescendo na região, e sobretudo entre os mais jovens, estimulada sobretudo pela ampliação da atuação das plataformas digitais de trabalho.

Olhar para a remuneração de trabalhadores assalariados e autônomos nos permite enxergar importantes diferenças. Após controlar variáveis como sexo, idade, escolaridade e setor, os trabalhadores assalariados ganham, em média, 41% a mais do que os trabalhadores autônomos/por conta própria; em alguns países, a diferença ultrapassa 60%. Segundo dados citados no relatório, na Colômbia, apenas 14% dos trabalhadores por conta própria, ou vinculados a pequenas empresas, afirmaram ter iniciado seus negócios com base em uma ideia, enquanto 47% disseram que sua principal motivação foi a necessidade.

Isso expõe uma correlação fundamental entre a qualidade da mão de obra e a transformação produtiva. A informalidade e a baixa produtividade não são problemas distintos. Muitas vezes, elas se reforçam mutuamente: empresas com baixa produtividade têm menos recursos e incentivos para se formalizarem, enquanto políticas que tornam o emprego formal desproporcionalmente caro podem incentivar empresas e pessoas a permanecerem na informalidade.

Progressos lentos em direção à formalização dificultam ruptura com a histórica associação entre proteção social e vínculo empregatício

O relatório do BID identifica a arquitetura regional de proteção social, baseada no emprego formal, como um dos principais obstáculos para romper com os elevados níveis de informalidade que persistem na região, apesar dos avanços recentes já mencionados. Isto porque, historicamente, os sistemas de seguridade social da América Latina e o Caribe foram desenvolvidos com base no emprego formal assalariado. Um arranjo que oferece segurança para os trabalhadores em regimes de emprego regulares, mas exclui a maioria dos trabalhadores, sejam autônomos ou informais, dos sistemas contributivos e, consequentemente, das redes de proteção trabalhista.

Esta arquitetura cria uma contradição: os trabalhadores mais expostos às oscilações do mercado de trabalho são, tipicamente, os que têm menos acesso à proteção contra desemprego, doença, invalidez, acidentes e envelhecimento, entre outros “riscos”. Trabalhadores autônomos e informais podem não ter acesso a benefícios contributivos adequados, inclusive aqueles que se situam na faixa intermediária da distribuição de renda, podendo ficar sem acesso à previdência social contributiva ou à assistência social condicionada à comprovação de necessidade/vulnerabilidade (social-econômica).

A partir desta constatação, o documento defende uma transição para um sistema em que a assistência social esteja menos vinculada à existência de um emprego formal, remunerado mediante contrato estável, através da integração de métodos contributivos e não contributivos, de modo que a proteção social possa acompanhar o dinamismo do mercado de trabalho, protegendo as trabalhadoras e trabalhadores de forma mais eficaz, independente do vínculo e mesmo durante as transições de carreira.

O documento destaca, ainda, que esta transição precisa considerar as históricas desigualdades na distribuição de renda entre e dentro dos países latino-americanos e caribenhos. Dados analisados pelo BID no relatório evidenciam discrepâncias significativas na remuneração de trabalhadoras e trabalhadores, mesmo entre indivíduos com educação e experiência semelhantes. Nos mercados de trabalho com pouca concorrência, os trabalhadores recebem apenas cerca de metade do valor que criam, enquanto nas economias avançadas recebem mais de quatro quintos. As estimativas fornecidas pelo BID sugerem que o aumento da competitividade do mercado de trabalho, aproximando-a dos níveis das economias avançadas, poderia reduzir a desigualdade de renda do trabalho em cerca de 30%, aumentar o PIB per capita em cerca de 25% e elevar os rendimentos médios em cerca de 54%. E, assim, contribuir para a transição a um sistema mais justo e sustentável de proteção social, essencial para a garantia do trabalho decente na região.

Gênero, etnia, idade, educação e inclusão ainda são fatores essenciais a serem considerados para a garantia da qualidade do trabalho

Os mercados de trabalho na região ainda são altamente segmentados. O relatório do BID constata grandes disparidades de gênero, idade, educação, etnia e deficiência em termos de participação, emprego, formalidade e rendimentos. Mesmo após controlar por educação e experiência, certas discrepâncias, principalmente de gênero e raça, persistem.

Em um contexto de grande fragmentação e persistência de iniquidades, melhorar os resultados médios do mercado de trabalho (e.g. ampliar números de vagas formais) não é suficiente. A promoção do trabalho decente na região precisa considerar e enfrentar frontalmente o acesso desigual às oportunidades de emprego, incluindo o peso desproporcional do cuidado que recai essencialmente sobre as mulheres. Ou a forte prevalência da informalidade entre os jovens que buscam seu primeiro emprego.

A questão de gênero é especialmente crucial. A participação das mulheres aumentou drasticamente, mas as obrigações de cuidado continuam a impactar suas oportunidades no mercado de trabalho. É significativamente mais comum tirar licença-maternidade do que licença-paternidade ou licença parental conjunta. Em 2025, apenas quatro países ofereciam licença parental remunerada, enquanto 16 ofereciam licença-paternidade, com uma média de apenas sete dias. A carga desigual de cuidados sobre as mulheres ainda resulta em consequências persistentes no mercado de trabalho.

Já a desigualdade racial/étnica segue sendo uma das características estruturais mais persistentes dos mercados de trabalho da América Latina e do Caribe. Populações negras e indígenas permanecem desproporcionalmente concentradas em atividades de trabalho com menor remuneração, menor proteção e menor produtividade, assim como continuam enfrentando barreiras para acessar empregos formais, estáveis e bem remunerados. O relatório do BID aponta que trabalhadores negros e indígenas apresentam as maiores disparidades de renda entre os grupos populacionais analisados: em média, eles ganham 41% menos por hora do que trabalhadores que não se identificam como negros ou indígenas. Embora essa diferença caia para aproximadamente 21% após o controle de variáveis como educação, gênero e tempo de experiência e outras características, tal disparidade permanece e se apresenta como um importante desafio a ser superado no caminho para a promoção do trabalho decente na região.

O documento do BID também constata que populações negras e indígenas da América Latina e o Caribe enfrentam níveis muito mais elevados de informalidade quando comparados

a outros grupos étnicos, e que estas disparidades persistem mesmo após o controle de variáveis como educação e tempo de experiência. Isso é particularmente relevante porque a informalidade na região não é apenas uma categoria contratual: ela está estreitamente associada a rendimentos mais baixos, menor cobertura previdenciária, mais frágil (ou inexistente) proteção trabalhista, acesso limitado à capacitação e menores possibilidades de progressão na carreira.

Dados compilados no relatório mostram que o mercado de trabalho regional, de modo geral, permanece caracterizado por uma estrutura produtiva altamente fragmentada. Como visto anteriormente, em 2024, 46% dos trabalhadores atuavam por conta própria ou em microempresas com menos de cinco funcionários — condições frequentemente associadas a uma exposição desproporcional à informalidade com viés de raça, sobretudo entre mulheres negras, jovens migrantes e pessoas com menor nível de escolaridade.

Tal condição gera, segundo o documento, uma desvantagem cumulativa: discriminação racial e exclusão histórica dos processos de desenvolvimento econômico e social → menores oportunidades de educação e qualificação profissional → concentração em atividades de baixa produtividade → maior informalidade → menor proteção social → menor renda e estabilidade no emprego → redução das oportunidades de romper com círculos viciosos de pobreza e exclusão. Nesse contexto, a informalidade deve ser compreendida a partir de um viés de raça e gênero, uma vez que sua incidência e suas consequências são distribuídas de forma desigual entre estes grupos.

Incertezas e Novas Ameaças para o Mundo do Trabalho Decente na América Latina e o Caribe

A pandemia da covid 19 gerou a maior crise econômica e trabalhista na América Latina em várias décadas, mas seus efeitos não se limitaram à queda do PIB em 2020. A crise aprofundou problemas estruturais preexistentes — baixa produtividade, informalidade, desigualdade e escassa capacidade fiscal — e modificou algumas características do mercado de trabalho. E produziu um duplo choque na América Latina: uma profunda recessão econômica e uma crise trabalhista de proporções históricas. O PIB regional caiu 7,1% em 2020 e a região perdeu dezenas de milhões de empregos.

Mas o principal legado não foi apenas a recessão de 2020. A pandemia aprofundou a informalidade, ampliou as desigualdades de gênero e idade, enfraqueceu a qualidade do emprego e acelerou a transformação digital. A recuperação subsequente mostrou que a retomada do crescimento econômico não garante a recuperação simultânea do emprego formal, da renda e das condições de trabalho. E, nesse sentido, a pandemia pode ser interpretada como um acelerador das transformações estruturais do mercado de trabalho latino-americano: ela tornou mais visível a necessidade de coordenar políticas para crescimento, produtividade, proteção social e trabalho decente.

Embora a recuperação da região tenha começado em 2021, ela foi desigual entre os países e setores. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou um crescimento regional de cerca de 5,9% para 2021, insuficiente para recuperar totalmente os níveis de produção e emprego pré-pandemia. Evidências que a pandemia também atuou como um acelerador de tendências que já estavam presentes nos países da região: desconfiança institucional, polarização, demanda por proteção social, informalidade, desigualdade, digitalização e busca por novas estratégias produtivas.

O cenário político pós-pandemia na América Latina pode ser caracterizado por:

1. **Aumento da demanda por proteção social em um contexto de austeridade fiscal:** A pandemia destacou a importância do Estado na proteção da renda, do emprego, da saúde e dos serviços básicos. Isso levou a maiores expectativas sociais em relação à capacidade do Estado, embora os governos subsequentemente tenham enfrentado severas restrições fiscais.
2. **Desconfiança e volatilidade política:** A crise sanitária agravou uma tendência preexistente de enfraquecimento da confiança nos partidos e instituições políticas. A CEPAL ampliou seu monitoramento de indicadores de democracia, confiança, segurança e bem-estar para analisar essas transformações. Como parte da desconfiança observasse o fracasso de muitos oficialismos para se reeleger. Também observa-se desconfiança nos partidos tradicionais e emergem novos partidos e novas alianças.
3. **Polarização e personalização da política:** O cenário pós-pandemia favoreceu lideranças fortes e discursos que desafiam as elites políticas tradicionais e os partidos governantes. As eleições são cada vez mais organizadas em torno de problemas concretos — segurança, inflação, emprego, corrupção, migração — e menos em torno de identidades partidárias estáveis.
4. **Segurança como prioridade:** O crime organizado, o narcotráfico, a violência urbana e o controle territorial ganharam crescente destaque nas agendas governamentais. Isso está alterando as prioridades orçamentárias e também o debate em torno do papel das Forças Armadas e das instituições de segurança, que estão retomando sua atuação na segurança interna.
5. **Maior pragmatismo econômico:** Governos de diferentes orientações ideológicas enfrentam problemas semelhantes: baixo crescimento, restrições fiscais, inflação, necessidade de investimento e demanda por emprego. Portanto, observa-se certa convergência em relação às políticas de investimento, infraestrutura, energia e desenvolvimento produtivo.

A recuperação pós-pandemia não produziu uma transformação suficiente da estrutura produtiva, um fenômeno que a CEPAL denominou ***"armadilha da baixa capacidade de crescimento"***, associado especialmente à estagnação da produtividade. Esse problema é particularmente importante porque a América Latina precisa crescer mais para: reduzir a pobreza; financiar sistemas de proteção social; aumentar os salários; financiar a educação e a saúde; reduzir as desigualdades; realizar a transição energética; e aumentar os níveis salariais e a qualidade dos empregos. No entanto, o Banco Mundial projetou um crescimento para a região de apenas 2,1% em 2025 e 2,4% em 2026, tornando-a uma das regiões de crescimento mais lento do mundo.

Portanto, a questão central na era pós-pandemia não é mais simplesmente "recuperar o que foi perdido", mas sim modificar a estrutura produtiva para alcançar um crescimento sustentável. Como podemos ver nos relatórios do BID e da CEPAL, precisamos voltar a crescer, mas resolvendo problemas estruturais: como os níveis de informalidade no mercado de trabalho dos países latino-americanos, superando as desigualdades de gênero e a estagnação salarial por meio do aumento da produtividade do emprego na região. E embora se observe algum grau de recuperação no mercado de trabalho de alguns países, persistem diferenças significativas entre eles, especialmente problemas para mulheres e jovens.

Podemos afirmar que o principal problema político da atualidade é: ***Como transformar a recuperação do emprego em empregos formais, produtivos e protegidos?***

A questão fundamental para os governos da região é que a informalidade não pode ser resolvida apenas por meio de legislação trabalhista. Além disso, com a ascensão de governos de direita e centro-direita, ideias liberais estão sendo promovidas, priorizando a liberalização do mercado de trabalho como estratégia de crescimento em detrimento da regulamentação trabalhista.

Da mesma forma, a pandemia acelerou o teletrabalho, as plataformas digitais e outros arranjos de trabalho não tradicionais. E como temos observado nestes Cadernos a interação entre a COVID-19, a transformação tecnológica, as mudanças demográficas e as alterações climáticas está a moldar as prioridades das políticas de emprego para os próximos anos, introduzindo novos desafios políticos:

- Regulação do trabalho em plataformas digitais;
- Direitos laborais dos trabalhadores digitais;
- Inteligência artificial e automação;
- Formação e requalificação profissional;
- Proteção social para trabalhadores independentes;
- Regulação do teletrabalho.

A qualidade do emprego tornou-se um indicador-chave do sucesso do desenvolvimento e, simultaneamente, da legitimidade política dos governos latino-americanos. No entanto, os novos presidentes de direita, extrema-direita ou conservadores que assumiram o poder na América Latina entre 2024 e 2026 parecem priorizar a segurança, a liberalização do mercado, a criminalização da imigração e a abertura econômica em detrimento da criação de empregos de qualidade:

- Em El Salvador, com a vitória do candidato de direita Nayib Bukele, que prioriza segurança e o combate às gangues;
- No Panamá, com a vitória de José Raúl Mulino, que prioriza segurança, imigração e liberalização econômica;
- No Equador, onde Daniel Noboa vence, promovendo militarização, segurança interna e liberalização de mercado;
- Na Bolívia, Rodrigo Paz vence, priorizando liberalização econômica e de mercado;
- No Chile, José Antonio Kast vence, priorizando liberalização econômica, redução do tamanho do Estado e criminalização da imigração;
- Em Honduras, Nasry Asfura vence, priorizando segurança e estreitamento dos laços com os EUA;
- Na Costa Rica, Laura Fernández vence, priorizando segurança e disciplina fiscal;
- No Peru, Keiko Fujimori venceu recentemente, também promovendo e priorizando segurança, combate ao crime e liberalismo econômico;
- E na Colômbia, com Abelardo de la Espriella, que também promove a segurança, um Estado menor e um forte alinhamento com os EUA.

Por sua vez, um maior alinhamento desses governos com a atual administração dos Estados Unidos parece estar ligado à garantia de melhores condições de lucro para o capital americano, inviabilizando esforços para a proteção ao emprego ou construção de marcos regulatórios para a proteção social.

Esforços Necessários para a Promoção do Trabalho Decente na América Latina e o Caribe

O relatório do BID aponta para um conjunto de esforços necessários para a superação das desigualdades ainda persistentes no mundo do trabalho da América Latina e o Caribe, convergindo para uma agenda visando a promoção do trabalho decente na região. Esforços que incluem atualização das leis trabalhistas e de proteção social, aperfeiçoamento de processos e escopo de atuação das instituições trabalhistas, desenvolvimento de novas competências e a qualificação permanente da força de trabalho e ampliação do acesso equitativo a empregos formais. E dentre os quais se destaca:

1. **Desenvolver uma proteção social universal e portátil**: segundo o relatório, a proteção social deve ser mais centrada nas pessoas e menos no vínculo empregatício. Países devem buscar uma convergência progressiva entre os seguros contributivos e a proteção não contributiva financiada por impostos, de modo que a transição do emprego formal para o trabalho autônomo, o desemprego, o cuidado de dependentes ou outras formas de ocupação sem remuneração não resultem na perda de direitos e rede de proteção social.
2. **Reduzir o custo da formalidade sem diminuir as proteções aos trabalhadores:** um dos principais desafios a serem enfrentados pelo setores Trabalho e Emprego na região é o alto custo do emprego formal. O documento do BID afirma que alguns desses custos trabalhistas e de seguridade social, legalmente exigidos, podem ser vistos como taxas ocultas sobre o emprego formal, que acabam fomentando a informalidade e permitindo a existência de empresas de baixa produtividade, reforçando ciclos de exclusão e históricas desigualdades de raça, gênero e classe.
3. **Desenvolver políticas salariais que proporcionem remuneração adequada e promovam o emprego formal**: o salário-mínimo ainda é uma ferramenta importante para evitar padrões de remuneração incompatíveis com as condições de subsistência de trabalhadoras e trabalhadores, na região. Sua efetividade como política social depende, entretanto, da sua ligação à produtividade, à distribuição de rendimentos, ao poder do mercado de trabalho e à capacidade de fiscalização. O relatório do BID defende que os salários mínimos devem refletir, tanto, as realidades econômicas e as capacidades institucionais, em cada país ou território, em vez de serem apenas metas aspiracionais, pouco vinculadas à produtividade, evitando qualquer potencial de induzir à informalidade, especialmente entre trabalhadores e empresas de baixa produtividade. E, de forma mais abrangente, serem vinculados a estratégias de redistribuição fiscal, políticas educacionais e de qualificação profissional, além da garantia da proteção social — componentes essenciais para combater as desigualdades estruturais.
4. **Garantia do direito e de estratégias justas para a negociação coletiva e a representação dos trabalhadores:** a qualidade do trabalho está relacionada com a capacidade dos trabalhadores de exercerem a sua voz, participando ativamente dos processos decisórios que regulamentam e promovem o trabalho decente. O enfraquecimento da atividade sindical e a abrangência limitada dos instrumentos de negociação coletiva diminuem a capacidade dos trabalhadores de incidir sobre políticas capazes de influenciar salários e condições de trabalho. A negociação coletiva, portanto, precisa ser atualizada e permanentemente fortalecida, inclusive para contemplar a crescente diversidade de regimes e formas de organização do trabalho — envolve, portanto, o desenvolvimento de formas para que

trabalhadores em plataformas digitais, cadeias de subcontratação, contratos de trabalho autônomo e outros tipos de trabalho cada vez mais frequentes na atualidade possam se organizar coletivamente.

5. **Desenvolver novas estratégias para o desenvolvimento de competências e a qualificação permanente da força de trabalho**: ao mesmo tempo que a tecnologia segue transformando os processos e a própria organização do trabalho, a região enfrenta um contínuo desalinhamento entre as competências requeridas pelo mercado de trabalho e aquelas disponíveis nas ofertas para a educação e a qualificação da força de trabalho. As políticas econômicas e de emprego devem tratar o ensino e formação (técnica, profissional, permanente etc.) como estratégias prioritárias, centrais, e não ações secundárias, complementares. O BID destaca que os programas de formação oferecidos na região, frequentemente, carecem de integração com os empregadores, sofrem de fraca coordenação, fraca capacidade dos formadores, baixa relevância para o mercado de trabalho e governança fragmentada.
6. **Orientar a mudança tecnológica a partir dos benefícios, e não ameaças, que representam para trabalhadores da região**: as políticas trabalhistas precisam estar preparadas para lidar, cada vez mais, com a tendência à digitalização, à automação e à incorporação sistemática de ferramentas de IA no mundo do trabalho da América Latina e o Caribe. Governos precisam implementar mecanismos preventivos para identificar ocupações mais vulneráveis à incorporação digital/tecnológica, acompanhar as mudanças nas necessidades de habilidades e competências exigidas por um mercado de trabalho cada vez mais tecnológico e apoiar as/os trabalhadoras/es nos processos de aquisição de competências para atuarem em ambientes tecnológicos.
7. **Colocar a igualdade de gênero e a economia do cuidado no centro das políticas trabalhistas**: uma agenda trabalhista em prol do trabalho decente não terá êxito se a maior parte das obrigações de cuidado continuam recaindo sobre as mulheres. Para tanto, faz-se necessário avançar na direção de serviços universais ou progressivamente universais de creche e cuidados de longa duração, implementação de licença-maternidade, paternidade e parental bem financiadas, promoção de incentivos para que os pais tirem licença, proteção contra discriminação no emprego com base na possibilidade/expectativa gravidez e no cuidado e o apoio à participação e ao avanço das mulheres em áreas de alta produtividade.

Conclusões

A América Latina e o Caribe encontram-se em um momento complexo no que diz respeito à estrutura do trabalho e a busca pela garantia do trabalho decente. As instituições do mercado de trabalho, criadas, em sua maioria, para uma sociedade dominada pelo emprego assalariado estável, veem a região entrar, rapidamente, em um período de aceleração tecnológica, envelhecimento demográfico e estagnação prolongada da produtividade. Apesar dos avanços substanciais observados, na região, em termos de educação do trabalhador, participação feminina na força de trabalho, formalização e renda do trabalho, as características estruturais que reforçam a informalidade, a baixa produtividade, a desigualdade e a insegurança permanecem inalteradas.

O relatório do BID, aqui analisado, apresenta argumentos importantes que reforçam a necessidade de um novo paradigma para políticas trabalhistas na região. O desafio que se apresenta é a possibilidade de desenvolver mercados de trabalho que sejam, ao mesmo tempo, produtivos, inclusivos, competitivos, protetivos, flexíveis e capazes de proporcionar ganhos reais, de renda e bem-estar, às trabalhadoras e aos trabalhadores da região. um desafio que implica em mudanças estruturais no mundo do trabalho: transicionar de um modelo em que a proteção está associada ao vínculo empregatício formal para um em que a proteção seja flexível, abrangente e de caráter distributivo; avançar de um modelo centrado em programas fragmentados para sistemas integrados de promoção do trabalho decente; de regulamentação passiva para uma fiscalização efetiva, participativa, baseada em espaços de negociação coletiva justos e efetivos; de programas de treinamento restritos, pontuais, para o desenvolvimento de competências ao longo da vida; e da regulamentação tecnológica reativa para a antecipação aos efeitos da incorporação tecnológica no mundo do trabalho.

Sob essa nova premissa, o trabalho decente deve ser visto não como um subproduto social de um desenvolvimento econômico bem-sucedido, mas como um requisito para ele. Mudanças na produtividade sem uma distribuição adequada podem não melhorar a vida dos trabalhadores; a proteção social sem transformação produtiva pode ser fiscal e institucionalmente insustentável; e a regulamentação trabalhista sem fiscalização efetiva e participativa pode proteger apenas aqueles que já estão no sistema formal. Em vez disso, o objetivo deve ser uma reforma abrangente do mercado de trabalho, na qual o desenvolvimento da produtividade, a formalização, a proteção social, a igualdade, a garantia de voz aos trabalhadores, o alinhamento das competências às demandas do mercado de trabalho e a adaptabilidade tecnológica se fortaleçam mutuamente.